

Artigo

Diálogos sobre sustentabilidade: Análise da concepção de sustentabilidade no material de comunicação da *Anglo American* com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio

Julia Theodoro Soares

178

Resumo

Empresas do setor extrativista vêm se aproximando das agendas políticas ambientais desde a década de 2000. No que tange à mineração, essa aproximação se deu diante de uma crise na legitimidade do setor. A incorporação de práticas sustentáveis possui uma ligação com a recuperação da imagem das grandes mineradoras junto à sociedade civil. A partir desse movimento, empresas passam a se utilizar de conceitos como “mineração sustentável” e “boas práticas” para descrever suas formas de atuação. Neste mesmo período, houve, na América Latina, um processo de expansão das fronteiras extrativistas relacionado ao boom das *commodities*, levando a mineração para territórios anteriormente protegidos. É nesse cenário que começam as negociações para a implantação do empreendimento Minas-Rio, na região do Espinhaço Meridional, no estado de Minas Gerais, Brasil. Com a instalação do empreendimento, há também o estabelecimento de diversos conflitos motivados pelas consequências socioambientais de suas operações. As relações entre a mineradora Anglo American e as comunidades estabelecidas na região do Minas-Rio têm sido complexas e marcadas por fortes assimetrias de poder, o que levou a denúncias de violações de direitos fundamentais. Este artigo irá investigar os documentos de comunicação para com as comunidades localizadas no entorno do Minas-Rio. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que orienta este artigo é: Como a Anglo American caracteriza “sustentabilidade” em seu material institucional voltado para as comunidades no entorno do empreendimento Minas-Rio? Para respondê-la, foi feita uma análise de conteúdo do material institucional da empresa voltado para essa comunicação.

Palavras-Chave: Mineração; Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Responsabilidade Social Empresarial.

Dialogues on sustainability: Analysis of the sustainability concept in *Anglo American's* communication materials for the communities affected by the Minas-Rio Project

Abstract

Extractivist sector firms have increasingly engaged with environmental policy agendas. When it comes to the mining sector, this rapprochement unfolded amid a legitimacy crisis. Adopting sustainable practices has, therefore, become intertwined with rebuilding the sector's reputation before civil society. Against this backdrop, corporations began to employ notions such as “sustainable mining” and “best practices” to describe many of their operations. During the same period, Latin America experienced an expansion of the extractive frontiers, closely linked to the commodities boom of the early 2000s, pushing mining activities into previously protected areas. It is in this context that negotiations began for the Minas-Rio Project in the southern Espinhaço region in Minas Gerais, Brazil. The project's installation also generated conflicts stemming from the socio-environmental impacts consequent to its operations. The relations between Anglo American and the communities living in the region have been complex and marked by pronounced power asymmetries from the beginning, leading to violations of the affected population's fundamental rights. This article investigates the company's communication material aimed at the communities living in the region. Accordingly, the proposed question is: How does Anglo American define “sustainability” in its institutional discourse aimed at the surrounding communities of the Minas-Rio Project? To address this question, the study undertakes a content analysis of the firm's community-oriented institutional documents.

Keywords: Mining; Sustainable Development; Sustainability; Corporate Social Responsibility.

Diálogos sobre Sostenibilidad: Análisis del concepto de sostenibilidad en los materiales de comunicación de *Anglo American* con las comunidades afectadas por el Proyecto Minas-Rio

Resumen

Las empresas del sector extractivo se han ido acercando a las agendas políticas ambientales desde la década de 2000. En lo que respecta a la minería, este acercamiento se dio ante una crisis de legitimidad en el sector. La incorporación de prácticas sostenibles está vinculada a la recuperación de la imagen de las grandes empresas mineras ante la sociedad civil. A partir de este movimiento, las empresas comenzaron a utilizar conceptos como “minería sostenible” y “buenas prácticas” para describir sus operaciones. Durante este mismo período, en América Latina, hubo un proceso de expansión de las fronteras extractivas relacionado con el auge de las *commodities*, llevando la minería a territorios previamente protegidos. En este escenario, comenzaron las negociaciones para la implementación del proyecto Minas-Rio en la región del Espinhaço Meridional, en el estado de Minas Gerais, Brasil. Con la instalación del proyecto, surgieron diversos conflictos debido a las consecuencias socioambientales de sus operaciones. Las relaciones entre la empresa minera Anglo American y las comunidades establecidas

en la región de Minas-Rio han sido complejas y marcadas por fuertes asimetrías de poder, lo que llevó a denuncias de violaciones de derechos fundamentales. Este artículo pretende investigar los documentos de comunicación con las comunidades ubicadas en los alrededores de Minas-Rio. En este sentido, la pregunta de investigación que guía este artículo es: ¿Cómo caracteriza Anglo American la “sostenibilidad” en su material institucional dirigido a las comunidades que albergan el proyecto Minas-Rio? Para responder a esto, se realizó un análisis de contenido del material institucional de la empresa dirigido a esta comunicación.

Palabras-clave: Minería; Desarrollo Sostenible; Sostenibilidad; Responsabilidad Social Empresarial.

Introdução

O empreendimento Minas-Rio está localizado na região central do estado de Minas Gerais, nas cidades de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Ele é responsável pela produção de 23,1 milhões de toneladas de minério de ferro, escoado por um mineroduto, considerado o maior do planeta do tipo (Anglo American, [s.d.]b). Todavia, a implementação deste empreendimento não se dá sem conflitos ambientais, violações de direitos humanos e efeitos diretos ao ecossistema da Serra da Ferrugem tendo sido reconhecidas (Santos *et al.*, 2018).

A mineradora responsável pelo empreendimento Minas-Rio, a companhia sul-africana Anglo American, possui uma relação histórica com práticas de responsabilidade social empresarial, considerando-as como parte intrínseca de sua formação e cultura (Rajak, 2011). Para efetuar a comunicação com as comunidades no entorno do empreendimento, a empresa possui publicações periódicas chamadas “Diálogo” e “Diálogo Mineroduto ao Porto”.

Com a emergência das questões ambientais nas agendas políticas nacionais e transnacionais, empresas do setor extrativo passaram a ser pressionadas pelos danos causados pelo setor ao ambiente e às comunidades no entorno dos empreendimentos. Assim, cada vez mais empresas passaram a propor práticas de “sustentabilidade” em seus quadros institucionais. Considerando esse cenário, a pergunta que motiva o presente artigo é: Como a Anglo American caracteriza “sustentabilidade” em seu

material institucional voltado para as comunidades que hospedam o empreendimento Minas-Rio? O objetivo principal é analisar quais os significados associados à ideia de sustentabilidade nos documentos produzidos pela Anglo American para a comunicação com as comunidades com o intuito de compreender qual a relação dessas formulações com a ideia de “Mineração Sustentável”.

O presente artigo está organizado em quatro seções para além da introdução. Na primeira seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para analisar as publicações da Anglo American. Em seguida, será apresentado o conceito de “mineração sustentável” e as contradições intrínsecas a ele. A seção seguinte visa explorar a história do empreendimento Minas-Rio, os conflitos ao redor da sua implementação e os alguns detalhes importantes sobre sua caracterização. Na seção de número 4, finalmente, serão apresentados os resultados do processo de análise de conteúdo executado.

1. Metodologia de análise

Para a análise dos textos escolhidos, foi feita uma Análise de Conteúdo do material. Visando produzir uma análise sistemática, os textos foram tratados por um processo de codificação com base em Saldaña (2009). É importante colocar que os textos foram lidos em sua totalidade, mas apenas as reportagens focadas em desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e meio-ambiente foram codificadas. Isso porque os temas levantados em outras reportagens, ainda que abordassem temas relevantes para a discussão das práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), não faziam referências diretas à sustentabilidade ou às práticas de Mineração Sustentável.

Foram codificadas 21 revistas, sendo estas as publicações referentes ao período de janeiro de 2020 e fevereiro de 2023.¹ A escolha do recorte foi feita com base na disponibilidade do material no site da empresa no começo do mês de novembro de 2023.

A utilização do método de Análise de Conteúdo se deu via quatro etapas diferentes. A separação deste processo em etapas é importante para a transparência e sistematização da análise. É importante se considerar que para a execução de uma boa análise, é necessário que as escolhas do pesquisador sejam bem compreendidas e reproduzíveis por seus pares (Krippendorff, 2019).

O primeiro passo foi a definição do tipo de codificação que seria empregada. A codificação é uma técnica de condensação de dados textuais baseado na atribuição de códigos aos trechos do documento relevantes para as pesquisas. Os códigos são pequenas palavras ou frases que encapsulam os significados presentes no conteúdo lido (Saldaña, 2009). Com base na pergunta de pesquisa e no objetivo definido, foi executada uma primeira rodada de codificação descritiva, isto é: a atribuição de códigos que descrevem o conteúdo do texto que estava sendo lido.

182

A etapa seguinte foi a primeira rodada de leitura e codificação. Neste momento, foram separados os números das revistas que não possuíam nenhuma reportagem que tratasse dos temas de interesse deste artigo. Sendo assim, as publicações de título “Diálogo” referentes a janeiro e fevereiro de 2020 e maio e junho de 2020, foram lidas, mas não foram codificadas, logo não estão presentes nessa análise.

A terceira etapa consistiu em uma segunda rodada de leitura e codificação dos documentos. Aqui foi utilizada uma técnica diferente de codificação, cujo objetivo foi criar códigos mais amplos, que, mais tarde, seriam importantes para a identificação das categorias. Sendo assim, a leitura foi focada na formação de padrões presentes no conteúdo do texto.

¹ O Way Back Machine é uma ferramenta que faz parte do acervo do Internet Archive, uma iniciativa sem fins lucrativos que tem por objetivo a formação de um acervo das informações contidas unicamente na internet. A ferramenta Way Back Machine permite o acesso a versões de sites que saíram do ar ou foram substituídas. Como instituição, o Internet Archive faz parte das principais organizações de bibliotecas e acervos internacionais (Internet Archive, [s.d.]).

Na quarta etapa foi feita a análise dos dados levantados através dos códigos e padrões. Essa análise foi de natureza hermenêutica fenomenológica, considerando o objetivo do autor do texto analisado, suas características, o contexto em que as mensagens foram escritas e as características dos receptores (Adu, 2019). Estes elementos são apresentados na **Quadro 1**.

Quadro 1 – Características dos textos.

Características do texto	Objetivo do autor	Contexto em que o texto foi escrito	Características do leitor
Textos jornalísticos descrevendo as ações da empresa e dos funcionários nas cidades onde se localizam o empreendimento Minas-Rio.	Publicizar as práticas da empresa para a população das cidades que recebem as estruturas do empreendimento Minas-Rio.	As publicações são escritas por uma empresa de consultoria e relações públicas. Sendo assim, os documentos são escritos por funcionários ligados à consultoria e não diretamente à Anglo American.	Os leitores pretendidos são pessoas que vivem nos territórios que recebem as estruturas do empreendimento. São chamadas no texto de “comunidades de relacionamento com a Anglo American” (ANGLO AMERICAN, 2020; 2021; 2022; 2023).

183

Fonte: Elaborado pela autora com base em Anglo American (2020; 2021; 2022; 2023).

A partir das duas rodadas de codificação, e tendo em vista os elementos característicos do texto, foram extraídas quatro categorias principais de significados que eram atribuídos à ideia de sustentabilidade e práticas sustentáveis. Essas foram: sustentabilidade como mitigação de impactos negativos; sustentabilidade como ações para as comunidades; sustentabilidade como práticas de RSE; sustentabilidade como aplicação do Plano de Mineração Sustentável.

Se faz importante pontuar também que muitos temas relacionados à sustentabilidade aparecem latentes às reportagens presentes nas publicações analisadas. Isso é: em alguns volumes, há menções a projetos de incentivo a práticas agroflorestais nas comunidades, mas sem mencionar práticas sustentáveis (Anglo

American, 2020b). Também se destaca que alguns projetos relacionados à preservação do patrimônio histórico da região são gerenciados por analistas de desenvolvimento sustentável sem necessariamente referir-se a outras questões ambientais (Anglo American, 2020c). Sendo assim, as categorias encontradas serão melhor descritas e exploradas ao longo do presente artigo.

2. Mineração sustentável e suas contradições

O conceito de “sustentabilidade” ganhou importância nas políticas internacionais e locais com o aumento de discussões impulsionadas pelo ambientalismo nos anos 1960. A degradação ambiental levou a preocupações com a conservação da natureza nas esferas políticas, confrontando-se, contudo, com a continuidade de atividades econômicas industriais e extrativas (Sachs, 1999).

184

A Conferência de Estocolmo de 1972 marcou o início da integração da sustentabilidade nas políticas internacionais e domésticas (Kirsch, 2009). Desde meados dos anos 1970, questões ambientais começaram a ser parte da legislação de países do Norte Global (Sachs, 1999). No Brasil, políticas ambientais entraram na agenda nacional no início dos anos 1980 (Lopes, 2006).

Nas últimas décadas do século XX, o conceito de sustentabilidade na política visava a ideia da manutenção de um ambiente habitável para futuras gerações. Isso inclui a limitação da degradação ambiental e a manutenção de recursos naturais (Kirsch, 2009). O conceito de desenvolvimento sustentável visa criar condições para as pessoas terem acesso a recursos necessários para a realização de suas capacidades e superação da pobreza, mas de maneira a respeitar os limites do ambiente terrestre e manter seus recursos para o futuro (UNCEWD, 1987).

Com base nas pressões sociais e políticas levantadas pelo crescimento da preocupação com o ambiente e, conforme se recrudescem os conflitos sociais

relacionados às formas de apropriação deste (Lopes, 2006), empresas do setor minerário passaram a incluir em seus projetos a noção de mineração sustentável (Kirsch, 2009). Ressalta-se aqui que a partir da década de 2000, transnacionais minerárias se tornam cada vez mais presentes em conferências internacionais sobre o desenvolvimento sustentável (Orozco, 2018).

Porém, como colocado por Kirsch (2009), a mineração se caracteriza por um setor extrativo por natureza, responsável pela retirada de terras que jamais poderão ser reincorporadas aos territórios. Sendo assim, o autor considera o próprio conceito de mineração sustentável como um oxímoro.

A difícil conciliação entre mineração e sustentabilidade nos planejamentos das firmas mineradoras tende a se dar em relação à ideia de fomento na renda de membros das comunidades no entorno e o planejamento do fechamento de mina (Kirsch, 2009). Além disso, Orozco (2018) ressalta que nos planos de mineração sustentável, inclui-se também financiamento de obras nas cidades onde se localizam os empreendimentos e formação de uma relação íntima com as representações do Estado e da administração pública.

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são alheios a críticas, conforme colocado por Sachs (1999). A contribuição da Ecologia Política para os debates sobre sustentabilidade é um ponto importante para considerar o cenário descrito.

2.1 Perspectiva da Ecologia Política sobre sustentabilidade

A Ecologia Política é uma área multidisciplinar de estudos ambientais que propõe a compreensão de que o ambiente e as consequências da degradação deste são experienciadas de formas desiguais por agentes que se encontram em posições diferentes das estruturas de poder. As críticas da Ecologia Política são importantes para

compreender que a relação entre sociedade e natureza não está alheia às desigualdades de poder existentes (Loureiro; Layrargues, 2013).

De acordo com Sachs (1999), a segunda metade do século XX pode ser compreendida como uma "Era do Desenvolvimento". A partir desse período, formou-se, com base em um discurso político do Norte Global, uma divisão do mundo entre áreas "desenvolvidas" e "subdesenvolvidas". As áreas subdesenvolvidas compreenderiam regiões mais pobres, que poderiam alcançar o *status* do desenvolvimento a partir do crescimento econômico.

Com base nessa ligação entre crescimento econômico e superação da pobreza, foram propostas políticas de desenvolvimento transnacionais, muitas vezes capitaneadas por Organizações Internacionais e Instituições Financeiras Internacionais. Este processo resultou em uma acumulação do capital gerado no Norte Global e em elites do Sul, não tendo levado à superação da pobreza prometida. Essa "Era do Desenvolvimento" teve como consequência o aprofundamento de uma "crise da natureza" que afeta principalmente comunidades já empobrecidas (Sachs, 1999). Essa "crise" é gerada pelo fato de que conflitos sociais, cada vez mais, incluem também consequências distributivas desiguais dos impactos da degradação causados pela industrialização e por setores extrativistas (Lopes, 2006).

Nesse sentido, o conceito de "Desenvolvimento Sustentável", tal como proposto na década de 1980 pelo Relatório Brundtland, propõe uma conjunção da manutenção dos projetos desenvolvimentistas que visam o crescimento econômico com a possibilidade de preservação ambiental. A partir da década de 1990, aquelas mesmas Organizações Internacionais e Instituições Financeiras Internacionais passam a promover projetos focados no desenvolvimento sustentável e no tripé economia-ecologia-equidade (Zhour; Laschefski, 2010).

Porém, Sachs (1999) argumenta que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável também se trata de um oxímoro. Isso porque a manutenção da lógica do crescimento econômico que o conceito de desenvolvimento implica é incompatível com

a lógica de preservação. Desta forma, quando tratando de temas que envolvem a difusão das ideias do desenvolvimento sustentável, é necessário se ter em mente que este é um conceito em disputa.

A proposta de desenvolvimento sustentável como ponto central do enfrentamento à crise causada pela degradação ambiental está muito ligada à formação de consensos. Enquanto a ideia de superação de conflitos e da tomada de decisão negociada pode parecer muito positiva, a diferença de poder entre os responsáveis pelos efeitos socioambientais da degradação e quem os sofre, faz com que estes consensos sejam antes impostos pela parte mais forte do que negociados equilibradamente (Zhour; Laschefski, 2010).

2.2 Responsabilidade Social Empresarial e Gestão de Riscos

Os mecanismos de formação de consensos e de negociação dos conflitos se fazem muito importantes para a reflexão aqui proposta. Um instrumento importante neste contexto são as chamadas práticas de *Responsabilidade Social Empresarial*, ou RSE, centrais para as relações entre empresas extrativas e comunidades.

O processo de entrada das questões ambientais para a agenda política e o reconhecimento conflitos sociais ocasionados por estas, levaram a paulatinas crises de legitimidade de alguns setores econômicos. Isso aliado ao processo de descentralização das cadeias de valor faz com que as propostas de desenvolvimento sustentável, governança e formação de consenso entre as partes se tornem um ponto muito importante para a manutenção das operações de empresas (Acselrad, 2018).

Nesse sentido, a RSE consiste em um movimento de empresas transnacionais, em parceria com instituições internacionais tal qual a Organização das Nações Unidas e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, para o investimento a serviço do desenvolvimento local de onde se instalam as cadeias de valor (Rajak, 2011). No que tange às indústrias extrativas, há uma preocupação crescente com os

investimentos em RSE a partir da primeira década do século XXI (Gaviria, 2018). Este cenário vai em coincidência com o período do *boom das commodities* e também com um momento de perda da legitimidade do setor para com parte da opinião pública (Orozco, 2018).

Esta perda de legitimidade é impulsionada pelos processos de transnacionalização de movimentos sociais ambientais e pela difusão de informação sobre os impactos da mineração no ambiente e na vida das comunidades no entorno dos empreendimentos (Pinto, 2018). Tais articulações trazem à tona preocupações, como os chamados *riscos sociais*. Pode ser considerado um risco social ações de pressões sociais que podem interromper a cadeia de produção de alguma maneira (Pinto, 2018).

Como resposta aos riscos sociais, e na tentativa de manejo dos territórios no entorno dos empreendimentos, são propostas pelas empresas “estratégias de não-mercado”, entre as quais se localizam a RSE (Acseirad, 2018). Rajak (2011) coloca que no caso da Anglo American, no que tange às suas ações na planta sul-africana, essas estratégias funcionam como um tipo de “teatro da virtude” (Rajak, 2011, p.31)², responsáveis por certificar à empresa acesso aos recursos de governos e comunidades.

Entre as transnacionais minerárias, essa crise de legitimidade levou à formação de um conselho internacional, formado rotativamente pelas empresas membro, responsável por assegurar as boas práticas e a sustentabilidade no campo da mineração. Esse conselho é o *International Council on Mining and Metals*, ICMM. As corporações que compõem o ICMM são responsáveis por aproximadamente 40% da produção global de minério de ferro, além disso, também fazem parte do conselho associações nacionais minerárias de diversos países, expandindo ainda mais o poder do grupo sobre os mercados (Orozco, 2018).

A participação no ICMM está sujeita à aplicação das normas e “boas práticas” acordadas no conselho. Estas últimas são veiculadas em publicações próprias da

² As publicações “Diálogo” referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2022 e de novembro e dezembro de 2022 não estavam disponíveis para download no site da Anglo American até o momento de submissão deste artigo. Por isso, o conteúdo referente a tais não figura na análise aqui apresentada.

instituição e a aplicação de tais é medida a partir de relatórios enviados pelas próprias mineradoras para (Orozco, 2018; Kirsch, 2014).

As práticas alocadas dentro do conceito de RSE são importantes estratégias corporativas sociais³ (Milanez *et al.*, 2019). Estas são mobilizadas para impedir perdas da empresa causadas por movimentos contestatórios. Em um cenário onde as mineradoras dependem cada vez mais de ganhos em bolsas de valores e mercados internacionalizados, o risco de perdas devido a contestações se torna mais relevante, fazendo com que estratégias de controle dos riscos sociais ocupem posições centrais nas empresas (Welker, 2014).

A implementação do empreendimento Minas-Rio se deu diante de muitos conflitos causados pelo não reconhecimento dos efeitos sociais e ambientais da mineração na região. Estes conflitos estão bem documentados nas publicações de Santos *et al.* (2018), Santos, Ferreira e Penna (2017) e Zucarelli e Santos (2016), além de outros estudos focados na mineração na região do Espinhaço Meridional. Porém, para que uma visão mais completa da análise de conteúdo executada, se faz necessária ao menos uma breve contextualização do processo de licenciamento e implementação do empreendimento que será feita na seção a seguir.

3. Empreendimento Minas-Rio e afetações das comunidades locais

Ao longo da porção meridional da Cordilheira do Espinhaço estão localizadas a Serra do Sapo e a Serra da Ferrugem, ambas emoldurando a paisagem da cidade de Conceição do Mato Dentro, na região central do estado de Minas Gerais. Outras duas cidades marcadas por essa paisagem, são Dom Joaquim e Alvorada de Minas, em proximidade umas das outras (Santos *et al.*, 2018). Conforme o Censo de 2022, Conceição

³ Theaters of Virtue.

do Mato Dentro, a maior das três, possui aproximadamente 23 mil habitantes, enquanto Alvorada de Minas e Dom Joaquim possuem aproximadamente 4 mil habitantes cada (IBGE, 2022).

Nessas cidades estão localizadas as estruturas do empreendimento Minas-Rio, que correspondem à segunda maior lavra a céu aberto do mundo (Santos; Ferreira; Penna, 2017). Segundo as plataformas da mineradora Anglo American, as instalações são responsáveis pela produção de 23,1 milhões de toneladas de minério de ferro de base úmida (Anglo American, [s.d.a]). Essa produção é escoada por um mineroduto de 529 quilômetros de extensão, caracterizando-se como o maior do tipo no planeta. O minério é escoado pelo complexo portuário do Açu no litoral do Rio de Janeiro (Santos; Ferreira; Penna, 2017).

A colonização da região ocorreu principalmente nos séculos XVII e XVIII, motivada principalmente pela própria exploração mineral, um processo que se estende por grande parte do estado de Minas Gerais. Formou-se, então, uma população campestre cuja produção agrícola é voltada para o abastecimento desses mercados internos. Com a decadência desse ciclo de exploração mineral, a região passou por uma mudança nas matrizes econômicas, tornando-se focada na produção agrícola (Santos; Ferreira; Penna, *et al.*, 2017).

A partir do século XX, há a conformação da siderurgia como um dos principais setores econômicos do estado de Minas Gerais, e no século XXI, com o *boom* das *commodities*, a fronteira minerária se expandiu para territórios anteriormente protegidos, conforme descrito por Orozco (2015). Desta forma, a mineração volta para a região do Espinhaço, porém agora acompanhada de grandes empreendimentos a céu aberto (Santos; Ferreira; Penna, 2017; Santos *et al.*, 2018).

Inicialmente, o projeto foi pensado pela companhia MMX (Minas Rio Mineração S.A), mas essa foi posteriormente comprada pela Anglo American, que assumiu a efetivação dos empreendimentos em questão. Destaca-se que o licenciamento do complexo minerário e do mineroduto se deu de maneira pulverizada, de forma que

diferentes frações do projeto passaram pelo processo de licenciamento em órgãos ambientais diferentes. Assim, a lavra e as barragens foram licenciadas pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental de Minas Gerais; enquanto o mineroduto foi licenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente; e, por último, o porto para escoamento foi licenciado mediante um processo no Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Santos; Ferreira; Penna, 2017).

Tal fragmentação levou a um cenário no qual os efeitos socioambientais do projeto nunca foram analisados em conjunto. Assim, os impactos totais não foram concebidos por nenhuma das instituições licenciadoras. Além disso, o licenciamento da fração da mina foi caracterizado por estratégias para a flexibilização e busca por brechas nas normas legais (Zucarelli; Santos, 2016).

É importante salientar que o empreendimento foi responsável por mudanças radicais nos modos de vida dos povoados da região. É relevante destacar que impactos e desastres ambientais não são vivenciados igualmente por todos os grupos sociais de uma mesma região. Pelo contrário, esses tendem a ser mais drásticos em comunidades pobres, negras e indígenas (Santos *et al.*, 2018).

Santos *et al.* (2018) destacam as inúmeras violações de direitos sofridas pelas populações rurais e tradicionais do entorno do empreendimento e a jusante das barragens. Pode-se colocar aqui o interrompimento nos fluxos de trabalho da terra causados pela poluição na região e pela falta de água subsequente à instalação do projeto. Muitas das famílias se viram incapazes de manter seu modo de vida, tornando-se deslocados *in situ*: isto é, pessoas que se mantêm no lugar onde viviam antes dos efeitos socioambientais de um grande projeto, mas que já não conseguem se manter com os recursos disponíveis (Teixeira; Zhouri; Motta, 2020; Santos *et al.*, 2018).

As intervenções no tecido social geraram fortes impactos indiretos, como o aumento dos índices de violência nas comunidades e o crescimento das violações aos direitos das mulheres e aos direitos de organização e manifestação. Além disso, é importante considerar a diminuição na oferta de empregos, causada por uma restrição

das atividades econômicas rurais e de comércio devido à formação de uma relação de minério-dependência das cidades em questão com a mineradora (Santos *et al.*, 2018).

Esse privilégio às atividades econômicas de mineração, porém, não se reflete na geração de empregos no setor. O setor minerador é capital-intensivo, gerando poucos empregos diretos (Orozco, 2018). Santos *et al.* (2018) colocam que grande parte dos cargos relacionados ao Projeto Minas-Rio são custeados por empresas terceirizadas, e são ou voltados para a população urbana, ou se caracterizam por trabalhos braçais de pouco retorno financeiro.

4. Diálogos sobre sustentabilidade: Análise das revistas “Diálogo” e “Mineroduto ao Porto”

192

Para responder à pergunta de pesquisa proposta no presente artigo foram analisados exemplares da publicação “Diálogo” e “Mineroduto e Porto”, produzidos pela empresa Anglo American. Estas publicações têm como principal público alvo a população das cidades anfitriãs do empreendimento Minas-Rio. As revistas “Diálogo” são distribuídas nas “comunidades em relacionamento” com a empresa, e possuem como foco as ações da empresa nas cidades onde se localizam a mina e as estruturas de beneficiamento; as revistas “Mineroduto ao Porto” têm por foco a comunicação com comunidades no entorno as estruturas do mineroduto. As publicações estão disponíveis no site da Anglo American, mas também são distribuídas nas cidades onde estão localizadas as estruturas produtivas do empreendimento.

Através do processo analítico, foi possível pontuar quatro categorias principais que estavam associadas ao conceito de sustentabilidade. Mais de uma categoria pode ser encontrada em uma mesma reportagem. Isso significa que, apesar de estarem apresentadas aqui separadamente, estes significados estão relacionados, e muitas vezes,

são complementares no corpo do texto. As próximas subseções se ocuparão de apresentar estas categorias identificadas e as características atribuídas a elas.

4.1 Sustentabilidade como mitigação de impactos negativos

Durante as leituras feitas, destaca-se a frequência de reportagens ligando a noção de “práticas sustentáveis” às atividades de monitoramento do empreendimento. Os programas de monitoramento incluem desde o monitoramento de indicadores socioeconômicos das populações de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas (Anglo American, 2023a), até a implantação de planos e programas de monitoramento de impactos relacionados ao funcionamento da mina e do mineroduto (Anglo American, 2022b; 2022c, 2022d, 2022e).

As iniciativas de monitoramento, muitas vezes, fazem parte do conjunto de exigências legais para o empreendimento ter sua licença de operação, e este fato é recorrentemente reconhecido nessas publicações. Outro ponto muito levantado nos textos no que tange ao tópico é a adequação dos procedimentos aplicados a normas internacionais, que surgem como um ponto para a legitimação das práticas. A aderência a tais pode ser compreendida através de uma reflexão de Kirsch (2014) sobre as culturas de auditorias entre transnacionais e de regulação das práticas com base em conselhos como ICMM.

Organizações transnacionais parte do guarda-chuva institucional das Nações Unidas ou instituições financeiras internacionais não são responsáveis por estipular regras para empresas e companhias transnacionais. Esse tipo de normativa tende a derivar de documentos produzidos pelo ICMM e iniciativas associativas de empresas que fazem parte do setor extrativo (Kirsch, 2014). Essas práticas de monitoramento são consideradas parte do Plano de Mineração Sustentável da empresa, elemento central para outra categoria importante levantada durante a análise.

Sustentabilidade como mitigação dos impactos negativos da mineração também surge quando são consideradas as práticas tomadas em relação aos impactos esperados da mineração nos territórios onde estão os empreendimentos. Como colocado nas próprias publicações “atividades de mineração estão relacionadas a aspectos ambientais que podem gerar impactos na água, no ar ou no solo” (Anglo American, 2022d). Também são destacados os impactos do empreendimento nas próprias relações com as comunidades, visto que a implantação de grandes estruturas leva ao deslocamento de moradores e a interrupção de processos sociais, culturais e econômicos. Esses efeitos já atingem as comunidades de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas, como foi colocado por Santos et al (2018).

Práticas de recuperação de nascentes do Rio Santo Antônio (Anglo American, 2021f; 2022c; 2022d; 2023b), ou implementação de tecnologias para diminuir os ruídos e melhorar a qualidade do ar na região da mina são realçadas como “boas práticas” e alocadas como parte do Plano de Mineração Sustentável da empresa. Além delas, os processos de realocação de moradores atingidos pela mineradora englobam elementos como a inclusão desses em capacitações para práticas agroecológicas e de economia solidária (Anglo American, 2020d).

Também se faz importante destacar que as tecnologias ocupam um ponto importante nas mitigações dos impactos nessas publicações. O uso destas é tratado como uma solução para os efeitos negativos da mineração no ambiente. Essa estratégia pode ser colocada lado-a-lado com o observado por Rajak (2020), das tecnologias como um ponto de adequação das indústrias extrativas para a realidade da degradação causada por elas.

4.2 Sustentabilidade como práticas previstas no “Plano de Mineração Sustentável”

A ideia de sustentabilidade também está intimamente ligada às propostas de ação social da mineradora Anglo American em um de seus documentos institucionais, o Plano de Mineração Sustentável (PMS). Este plano consiste em um conjunto de propostas de práticas empresariais para tornar as atividades extrativas da empresa mais “limpas” e “sustentáveis”. De acordo com o próprio plano, as bases para a construção dessas proposições vêm da proposta de aliar a postura da empresa com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos na Agenda 2030. O PMS também possui uma forte relação com a adoção de novas tecnologias que surgem como respostas para transformar as atividades da empresa em alternativas ambientalmente corretas (Anglo American, S.D.).

Há pouca transparência nos *websites* da empresa estudada em relação ao ano de lançamento do PMS. Com base em uma pesquisa feita com a ferramenta Wayback Machine⁴, foi possível encontrar páginas que tinham por objetivo apresentar o plano em 2019. Além disso, inferências feitas com base na leitura do documento também o localizam entre os anos de 2019 e 2020.

O Plano de Mineração Sustentável tem por base três pilares de ação, chamados “Ambiente Saudável”, “Comunidades Prósperas” e “Líder Corporativo de Confiança”. As publicações analisadas apontam que a implementação dos pontos do PMS se dará até o ano de 2030, e seriam alcançadas mediante acordos com os governos municipais e estaduais (Anglo American, 2022c).

Rajak (2020) destaca como muitos dos planos de sustentabilidade propostos por empresas extrativas são novas encarnações de antigos projetos de RSE. É importante se

⁴ Programa social fomentado pela mineradora Anglo American em que funcionários da empresa apadrinham” iniciativas sociais locais, que concorrem em editais para financiamento promovidos essa (ANGLO AMERICAN, 2022g).

ter em mente que a RSE funciona como um palco para um “teatro da virtude” (Rajak, 2011) cujo objetivo é manejar a reputação da companhia e formar um consenso sobre quais são as maneiras corretas de se perseguir o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades.

4.3 Sustentabilidade como arranjos de governança

A segunda categoria com que sustentabilidade esteve associada nas publicações lidas é a de sustentabilidade como arranjos de governança que envolviam o poder público no âmbito municipal e estadual. Esses arranjos incluem uma relação muito próxima das prefeituras de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Essa proximidade se expande para além das questões relacionadas à geração de empregos na mineradora ou controle dos impactos ambientais na cidade, e acaba por englobar questões sobre infraestrutura pública, saúde e educação.

196

Governança pode ser compreendido por “arranjos institucionais cujo propósito é a redistribuição de papéis e responsabilidades entre empresas, governos e populações” (Gaviria, 2018). Em debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável por setores econômicos, considerando especialmente os setores extrativos, a formulação de acordos de governança é tratada como ponto central para o processo ser exitoso.

Arranjos de governança seriam responsáveis por formar arenas para resolução de conflitos através do consenso entre as partes. Ainda que algumas comunidades afetadas possam se beneficiar de arranjos institucionais diversos e robustos, é importante se pensar que essa produção de consensos em relação aos efeitos sociais da mineração tem por base uma assimetria de poder muito grande. É preciso se pensar que essas iniciativas, muitas vezes, são formas de minar estratégias de resistência e participação dos impactados pelas mineradoras (Gaviria, 2018).

Destaca-se que relação próxima entre mineradora e Estado se dá, muitas vezes, no escopo do pilar “Comunidades Prósperas” do Plano de Mineração Sustentável da

empresa. O PMS da Anglo American, assim como colocado por Kirsch (2009) prevê como meta de sustentabilidade comunidades que possuam “meios de subsistência” (Anglo American, 2021f). Nesse sentido, a empresa coloca diversas ações nesse escopo para o estímulo de atividades agrícolas e de artesanato, planejadas em parceria com as secretarias (normalmente da alçada de desenvolvimento sustentável) das prefeituras (Anglo American, 2020b).

As ações resultados desses arranjos são normalmente de três tipos: I) apoios de infraestrutura para os governos municipais como doação de computadores para escolas (Anglo American, 2023b), direcionamentos de recursos para a saúde (Anglo American, 2021f), pavimentação de vias (Anglo American, 2022a), reforma de escolas (Anglo American, 2022c), entre outros; II) o apoio a iniciativas de empreendedoras para os moradores como parcerias para a capacitação de agricultores (Anglo American 2021a), fomento a iniciativas de turismo (Anglo American, 2021d), parcerias com os governos locais para o apoio a cooperativas de artesanato (Anglo American, 2021e); e III) apoio a iniciativas políticas, como o suporte aos prefeitos das cidades em questão na Associação dos Municípios Minerários (Anglo American, 2021a).

Neste ponto, Rajak (2011) chama atenção para o efeito que este tipo de parceria possui na participação política de grandes companhias minerárias. Em muitos casos, é a partir de arranjos público-privados que corporações se aproximam do poder público para perseguir interesses próprios.

A aproximação do Estado por parte da mineradora vai ao encontro do que Milnaez *et al.* (2019) chamam de estratégia corporativa institucional. E está muito relacionada a tentativas de influenciar setores do poder público para a manutenção e facilitação das atividades da empresa. É válido considerar que a aproximação dos setores e agentes públicos é central para o controle dos riscos sociais (Welker, 2014).

4.4 Sustentabilidade como práticas de RSE

A última categoria relacionada ao uso do termo sustentabilidade é a aproximação deste com ações voltadas para a RSE cuja aplicação se dá por práticas ambientalmente adequadas. Vale colocar que esta categoria é extremamente próxima à categoria descrita na seção 3.3. “Sustentabilidade como práticas previstas no ‘Plano de Mineração Sustentável’”. Porém, aqui se encaixaram as citações da adoção de programas sociais e práticas voltadas à comunidade que não estavam ligadas ao PMS.

O PMS é citado nos documentos analisados pela primeira vez na publicação de volume 37, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2021. Portanto, várias citações localizadas em números anteriores a esse se encaixam aqui. É importante colocar também que alguns programas sociais apoiados pela empresa citados antes da publicação de número 37 foram posteriormente alocados no escopo do PMS. Entram aqui as iniciativas para a realocação de atingidos e implementação do Plano de Negociação Opcional (Anglo American, 2020d) e os programas sociais Crescer⁵ e Embaixadores do Bem⁶ (Anglo American, 2020b).

O apoio a programas sociais é descrito em todas as unidades analisadas, porém, destaca-se que aqueles ligados a boas práticas ambientais, como reciclagem e o uso de energias limpas, são rotulados como “sustentáveis”. Aqui se destaca o apoio a programas de difusão do ecoturismo com o apoio da prefeitura (Anglo American, 2022b), e a programas voltados para a produção local de produtos alimentícios (Anglo American, 2002b) e artesanais (Anglo American, 2021e).

⁵ Programa social fomentado pela mineradora Anglo American que é implementado pela consultoria Technoserve em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) focando no fomento de setores da agricultura e pecuária, produção de queijos artesanais, apicultura e turismo (Technoserve, 2019)

⁶ O conceito de estratégia definido pelos autores do artigo citado é: “um repertório de ações coordenadas desempenhadas por um ou mais agentes — em grande medida coletivos, que envolve o exercício do poder ou reduzir o poder de outros agentes com o objetivo de: (1) aumentar sua capacidade de ampliar ou capturar valor; (2) ampliar seu poder ou reduzir o poder de outros agentes; ou (3) modificar condições de enraizamento, próprias ou de outros agentes” (Milanez et al., 2019).

As reflexões em relação ao papel da RSE para com o manejo de riscos sociais se mantêm relevantes aqui. É de extrema relevância se considerar que muitos desses projetos sociais estão ligados a questões centrais a alguns conflitos ambientais da região, como os processos de realocação de atingidos e o fomento a atividades de agricultura familiar por comunidades tradicionais da região (Santos et al, 2018).

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar os significados associados ao conceito de sustentabilidade nas publicações “Diálogo” e “Mineroduto e Porto”, promovidas pela mineradora transnacional Anglo American nas regiões do empreendimento Minas-Rio. Neste processo, foram concebidas quatro categorias principais que refletem os significados buscados: “sustentabilidade como mitigação de impactos”; “sustentabilidade como práticas previstas no “Plano de Mineração Sustentável”; “sustentabilidade como arranjos de governança”; “sustentabilidade como ações de RSE”.

Existe um ponto importante que deve ser levantado aqui: as categorias não são mutuamente exclusivas, em vários momentos, as publicações referenciam ações da empresa que se encaixam em diversas categorias, e eram chamadas de sustentáveis. O entrelaçamento entre as relações com agentes públicos, comunidades e planos institucionais da empresa ocupa um lugar central nestas publicações.

A entrada dos setores privados da economia na política ambiental na segunda década do século XXI é muito voltada para as discussões em torno da temática da mudança global do clima e a institucionalização das tecnologias verdes. Rajak (2020) chega a colocar que este é um cenário de mudança total de uma atitude negacionista de setores extrativos em relação à mudança do clima para a incorporação paulatina de temas assim às políticas destas empresas. Esse cenário se torna ainda mais observável a

partir da adoção do Acordo de Paris como principal instrumento internacional sobre questões climáticas.

Neste sentido, o emprego constante da ideia de “sustentabilidade” para se referir às ações da empresa, associadas ou não ao poder público, funcionam como uma estratégia para tratar de um risco social associado a conflitos ambientais. Este risco se torna mais relevante devido ao cenário de uma sociedade com conflitos cada vez mais “ambientalizados”, em especial quando consideramos no horizonte destas publicações os rompimentos de barragem ocorridos em Minas Gerais na última década.

Estas publicações também poder ser compreendidas como uma parte importante das ações de transpor para o extramuros das regiões em questão, as disciplinas empresariais da Anglo American. Isto é: através da comunicação, a empresa, suas práticas, suas ações se tornam ainda mais presente no dia-a-dia das comunidades, para controlar e garantir a continuidade nos processos produtivos (Acselrad, 2018). A extrapolação das ações da empresa para o cotidiano das comunidades ajuda-a a se tornar “onipresente” nas comunidades. A ubiquidade da empresa em comunidades onde são implementados grandes projetos extrativistas é destacada como necessária para a manutenção da segurança da empresa.

Porém, em um caso complexo como o Minas-Rio, é necessário se pensar nessas práticas e no manejo destes riscos, considerando os conflitos ambientais presentes no território após a implementação do empreendimento. O cenário de consenso e cordialidade entre as comunidades atingidas e a administração da empresa não correspondem à realidade de violação de direitos humanos, conflito e resistência do caso.

Referências

ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: A gestão empresarial de “comunidades”. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de

Janeiro: Garamond, 2018. pp. 33-60.

ADU, Philip. **A Step-by-Step Guide to Qualitative Data Coding**. Nova Iorque: Editora Routledge, 2019.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 31, 2020a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zPTu-KV_Bbzb_uX8oUJAWKclhDn97Quh/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 32, 2020b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EcajzU5u_nkQwu09oFZrjK4lwThlnXJk/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 33, 2020c. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1sJzqlgEoHKhFT96pgkGVjzwa7XR6zbaX/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 34, 2020d. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1foaaOWntOodgUMh1JQoxn9WgLO9xsvu_/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 35, 2020e. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/14CLkWJbihbevdu4BI-V6ODjKWcdPABU/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 36, 2021a. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1WBOFcahqlZD4-wSkYRQg-qGRdROQTJfB/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 37, 2021b. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1144wjn3OuJP-i8NKOnoZS5TTDvM-LHil/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 38, 2021c. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1f5tgJj2JxUStPIVaufz9A3mzMvGl4rLd/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 39, 2021d. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1oqPbCc5lov55gITJQ3ba6A7oSUiYMagR/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 40, 2021e. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Wkza4vfYJCmZ2u-PEaFRmIJdJVtVwupw/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 41, 2021f. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vR-3j11LYyJ1XelcVx9H2YbezE_IU_JR/view>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 42, 2021g. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1-lmGjyqD8jllr4lIBhnj5MFcApKgd6rD/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

202

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 44, 2022a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1r84DSO5iLmT3ZET3TU9ctOk3-l_odkFQ/view>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 45, 2022b. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-maio-a-junho-de-brasil-2022.pdf>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 46, 2022c. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-mina-mdf-julho-a-agosto-de-2022.pdf>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 47, 2022d. Disponível em:

<<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-mina-mdf-setembro-a-outubro-de-2022.pdf>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 8, nº 48, 2023a. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-iob-anglo-jan-fev.pdf>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 8, nº 48, 2023b. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-iob-anglo-mar-abr.pdf>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 2, nº 3, 2022f. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-mina-mdf-july-dez-a-outubro-de-2022.pdf>> Acesso em 12/11/2023.

203

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 2, nº 2, 2022e. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-maio-a-junho-de-2022-mineroduto-e-porto.pdf>> Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 1, nº 1, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EstjFswli_EKRZWnaSjOraQZSdWvcuGf/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Embaixadores do Bem**: Projetos Selecionados no Brasil. 2022g. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/imprensa/noticias/2022/29-06-22a>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Nossa História**. [s.d.]a. Disponível em: <<https://www.angloamerican.com/about-us/history#/PT/category-milestone>>. Acesso em 12/11/2023.

- ANGLO AMERICAN. **Onde Operamos.** [s.d.]b. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/quem-somos/onde-operamos>>. Acesso em 12/11/2023.
- COELHO, Nathalia Novaes; CORRÊA, Sarah Cristina Vieira Silva. **Programa Crescer:** Empreendedorismo e sustentabilidade. [s.l.] CEPAL, 2020. Disponível em: <<https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso106-ProgramaCrescer.pdf>>. Acesso em 13/01/2024.
- GAVIRIA, Edwin Muñoz. Apropriações da governança nas estratégias de controle territorial do capitalismo extrativo. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Políticas territoriais, empresas e comunidades:** O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 209-234.
- IBGE. **Censo 2022.** Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=BR&tema=1>>. Acesso em 10/01/2024.
- INNES, Duncan. **Anglo American and the Rise of Modern South Africa.** Londres: Heinemann Educational Books, 1984.
- KIRSCH, Stuart. Sustainable Mining. **Dialect Antropology**, v. 34, pp. 87-93, 2009.
- KRIPPENDORFF, Klaus. Conceptual Foundation. In: KRIPPENDORFF, Klaus (org.). **Content analysis:** An introduction to its methodology. Thousand Oaks: Sage Publications, 2019, pp. 89-195.
- LONDON MINING NETWORK. Anglo American, 2021. Disponível em: <<https://londonminingnetwork.org/companies-in-focus-anglo-american/>>. Acesso em 12/12/2023.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre o processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, nº 25, pp. 31-64, 2006.
- LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: Perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, nº 1, pp. 53-71, 2013.
- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles; MANSUR, Maíra Sertã; COELHO, Tádzio Peters. Buscando conexões para o desastre: Poder e estratégia na rede global de

produção da Vale. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 14, nº 3, pp. 265-285, 2019.

OROZCO, Claudio Garibay. A organização do *Cluster Minerador Global* para a instauração de horizontes de coerção sobre sociedades locais à luz do caso mexicano. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 61-106.

PINTO, Raquel Giffoni. Apropriações empresariais das ciências sociais: O caso da “responsabilidade social corporativa” no setor extrativo. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 131-158.

RAJAK, Dinah. **In Good Company**. Stanford: Stanford University Press, 2011.

RAJAK, Dinah. Waiting for a deus ex machina: ‘Sustainable extractives’ in a 2°C world. **Critique of Anthropology**, v. 40, nº 4, pp. 471-489, 2020.

SACHS, Wolfgang. **Planet Dialects: Explorations in environment and development**. Londres: Zed Books, 1999.

205

SALDAÑA, Johnny. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. Los Angeles: Sage; 2009.

SANTOS, Ana Flávia Moreira; MILANEZ, Bruno; PRADO, Carlos Henrique; PRATES, Clarissa; LUZ, Fernando Salum; VIEIRA, Larissa Pirchiner; DUARTE, Lívia Ferraz; LEITE, Luciana Costa; WANDERLEY, Luiz Jardim; ANDRADE, Maria Júlia; CARVALHO, Maria Letícia; ASSIS, Mariana Prandini; PENIDO, Marina de Oliveira; COELHO, Tádzio Peters. **Estudo Preliminar: Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais**, 2018. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/04/EstudoPreliminar2018.pdf>>. Acesso em 30/06/2023.

SANTOS, Ana Flávia. Moreira; FERREIRA, Luciana da Silva Sales; PENNA, Vinícius Vilela. Impactos supostos, violências reais: A construção da legalidade na implantação do projeto Minas-Rio. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, Violências e Resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: iGuana, 2017, pp. 176-220.

TECNOSERVE, **Programa Crescer.**, s.d. Disponível em: <<https://www.programacrescer.org/o-programa/programa-crescer/>>. Acesso em 01/07/2024.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. Os Estudos de Impacto Ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, nº 105, pp. 01-18, 2020.

UNCEWD. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.** 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em 18/12/2023.

WELKER, Marina. **Enacting the Corporation: An American Mining Firm in Post-Authoritarian Indonesia.** Berkeley: University of California Press, 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflito ambientais: Um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp. 11-33.

206

ZUCARELLI, Marcos Cristiano; SANTOS, Ana Flávia Moreira. Mineração e conflitos sociais no contexto urbano: O caso da mineração Minas-Rio, Brasil. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais.** São Paulo: AnnaBlume, 2016. pp. 319-340.

Júlia Theodoro Soares é mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG) e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **E-mail:** juliathst@ufmg.br

Artigo enviado em 20/01/2024 e aprovado em 27/05/2025.